



RELATO INTEGRADO 2019





RELATO INTEGRADO 2019



Sobre este Relato

O ano de 2019 houve um avanço para as práticas de governança para o CRCSE, com a aprovação de algumas normas a exemplo da Resolução CRCSE n.º 536/2019, que trata da Política de Gestão de Riscos.

Seguindo os normativos vigentes, com vistas a primar pelo aperfeiçoamento administrativo, buscamos fomentar ações que aprimorem a estrutura da entidade com setores mais comprometidos e capacitados.

Sendo assim, o objetivo deste Relato Integrado é apresentar um resumo das nossas principais práticas, inovações e investimentos que são realizadas visando o desenvolvimento sustentável da classe contábil e o pleno funcionamento do CRCSE.

Além disso, o Relato Integrado também se tornou uma nova plataforma de comunicação utilizada para que possamos apresentar, a todos os públicos, as atividades, os resultados e as novas metas do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe, em um compilado anual, para acompanhamento e mensuração das informações, que, nesta edição, abrange o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

É importante destacar que todo esse trabalho contou com a participação dos nossos colaboradores e parceiros, aos quais agradecemos imensamente a dedicação e presteza.

Desejo uma boa leitura!

Aracaju/SE, 31 de dezembro de 2019.



Téc. Cont. Maria Ederilda Pereira de Souza
Diretora Executiva

Sumário

Mensagem do Presidente.....

4

Quem Somos.....

5

Visão Geral Organizacional e
Ambiente Externo.....

6

- O CRCSE
- Ambiente Externo
- Principais canais de comunicação com a sociedade
- Cadeia de Valor

Governança, Estratégia e Alocação de Recursos.....

11

- Estrutura e Práticas de Governança
- Estratégia
- Alocação de recursos

Riscos, Oportunidades e Perspectivas.....

16

- Modelo de Gestão de Riscos e Controle
- Principais Riscos e Respostas

Resultados e Desempenho da Gestão.....

19

- Resultados das áreas fim
- Gestão Orçamentária e Financeira
- Gestão de Pessoas
- Gestão de Licitações e Contratos
- Gestão Patrimonial e Infraestrutura
- Gestão de Custos

Informações Orçamentárias, Financeiras
e Contábeis.....

27

- Declaração do Contador
- Balanço Patrimonial
- Demonstração das Variações Patrimoniais
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas Explicativas

Expediente.....

42

#somoscontabeis

Mensagem do Presidente

O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe CRCSE, órgão máximo da profissão contábil e representante dos mais de 3.500 profissionais no Estado de Sergipe, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 9.295/46, com o objetivo principal de registrar e fiscalizar o exercício do profissional da contabilidade no âmbito do Estado de Sergipe. Em 2010 com o advento da Lei n.º 12.249/2010, foi incluída como atividade fim, a educação profissional continuada. Nesse sentido a atuação do CRCSE também se intensificou nesta área, em consonância com o registro e a fiscalização.

Como parte integrante do Sistema CFC/CRCs, o CRCSE participou da realização do planejamento estratégico com a redefinição de metas para os próximos dez anos, que foi aprovado na reunião plenária do CFC realizada em 16/08/18. Com foco no fortalecimento da profissão contábil, o Regional vem trabalhando para que o profissional da contabilidade se firme como um tradutor da linguagem oficial dos negócios servindo como fator de proteção da sociedade e sempre atento às transformações que possam atingir a profissão.

Influenciar na formação das competências e das habilidades profissionais através do fomento da educação continuada é um dos objetivos do Regional, promovendo meios que possibilitem um maior número de profissionais participando dos cursos de capacitação realizados pelo CRCSE, buscando assim, a excelência nos serviços prestados.

Outro importante objetivo é a garantia da sustentabilidade orçamentária e financeira do Conselho, sendo um dos pilares para a eficiência da gestão. Reduzir a inadimplência dos profissionais e das organizações contábeis através de campanha de incentivo ao pagamento das anuidades é uma das ações a serem implementadas em 2020.

No âmbito das atividades da fiscalização, o CRCSE realizou um trabalho voltado à orientação, porém exerceu também o seu poder fiscalizatório com o julgamento de 120 processos, sendo 31 processos fiscalizatórios (Câmara de Fiscalização/Plenário) e 89 éticos-disciplinares (Câmara de Ética/TRED).

Com vistas à evolução dos registros em 2019, em que pese um acréscimo de 0,28% em relação ao ano anterior, o número de registros profissionais ainda é muito tímido. Esse quadro pode ser atribuído ao contexto econômico por que passa o país, especialmente no Estado de Sergipe.

Um dos principais desafios da gestão para 2020 é reverter o baixo número de novos registros profissionais, tendo que, para isto, desenvolver ações de conscientização desses novos profissionais sobre o seu valor e a importância do registro profissional para execução do seu trabalho, sobretudo aqueles que já foram aprovados em exame de Suficiência. O trabalho da fiscalização junto às empresas e órgãos será o suporte necessário para atingir este desafio.

No exercício de 2019, o CRCSE realizou 50 eventos, sendo 37 cursos, dos quais



Contador Vanderson da Silva Mélo, presidente do CRCSE

22 foram credenciados para o programa de educação profissional continuada, 10 palestras, 02 fóruns e 01 seminário, tendo 53 profissionais apresentado a prestação de contas do programa de educação profissional continuada.

Outra conquista de relevância para a classe contábil sergipana foi a parceria entre o CRCSE/CFC/FUCAPE para realizar o primeiro mestrado em contabilidade neste Estado que teve início no mês de outubro. Outras parcerias também foram firmadas neste exercício visando assegurar o reconhecimento do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe como entidade participe do desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o exercício da profissão contábil no Estado.

Por fim, é importante destacar que o objetivo do Relatório Integrado de 2019 é compartilhar com a sociedade e, especialmente, com a classe contábil, o desenvolvimento de nossas ações visando prestar contas das ações realizadas e dar

transparência à nossa gestão. As páginas seguintes trazem detalhes sobre a Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo, a Governança, Estratégia e Alocação de Recursos, os Riscos, Oportunidades e Perspectivas, os Resultados e Desempenho da Gestão, as Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis e outras informações relevantes.

Boa leitura!!

Contador Vanderson da Silva Mélo
Presidente do CRCSE

Quem somos

Números do CRCSE

12

Conselheiros efetivos

11

Conselheiros suplentes

12

Funcionários efetivos

3

Cargos comissionados

2

Terceirizados

9

Representantes



A Classe Contábil Sergipana

2.466
Contadores

1.116
Técnicos em Contabilidade

472
Organizações Contábeis



Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo



O CRCSE

O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE) é uma Autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público. Criado por meio do Decreto-Lei n.º 9.295, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, o CRCSE possui estrutura, organização e funcionamento regulamentados pela Resolução CFC n.º 1.370, de 8 de dezembro de 2011, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

O CRCSE é integrado pelo plenário, no total de 12 conselheiros efetivos e igual número de suplentes – Decreto-Lei n.º 1.040/69, alterado pela Lei n.º 11.160/2005. Nos termos da legislação em vigor, possui, dentre outras finalidades, a de registrar, fiscalizar, orientar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o Estado, além de promover a Educação Continuada.

Premissas básicas do CRCSE



Missão

Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão

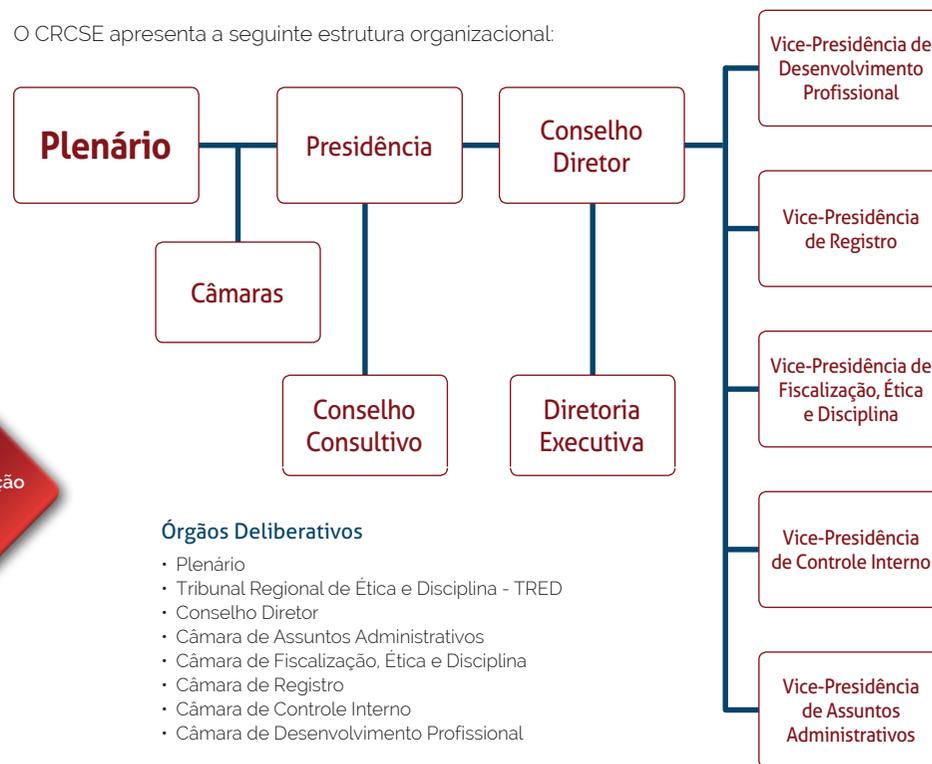
Ser reconhecido como uma entidade profissional participe no desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Valores

Ética; Excelência; Confiabilidade; Transparência.

Organograma

O CRCSE apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Órgãos Deliberativos

- Plenário
- Tribunal Regional de Ética e Disciplina - TRED
- Conselho Diretor
- Câmara de Assuntos Administrativos
- Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Câmara de Registro
- Câmara de Controle Interno
- Câmara de Desenvolvimento Profissional

Órgãos Executivos

- Presidência
Contador Vanderson da Silva Mélo
- Vice-Presidência de Assuntos Administrativos
Contador Ionas Santos Mariano
- Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina
Contador Cleaylton Ribeiro de M. Gonçalves
- Vice-Presidência de Registro
Contador Alessandro Mota Melo
- Vice-Presidência de Controle Interno
Contador Francisco José Alves Correia Lima
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional
Contadora Gilvânia Andrade do Nascimento

Instâncias de Representação e Apoio Institucional

- Conselho Consultivo
- Delegacias e Representações
- Comissões de Estudos Técnicos

Instâncias de Apoio à Governança

- Ouvidoria
- Comissões administrativas e comissões especiais

Ambiente Externo

O mundo está cada vez mais conectado. Os avanços tecnológicos evoluem em ritmo acelerado, transformando cenários, mercados, empresas, profissões e países. De fato, passamos por uma onda disruptiva sem precedente e o ano de 2019 foi marcado e reconhecido, no âmbito contábil, como a nova era digital.

De acordo com o Guia Salarial 2019, da empresa de recrutamento Robert Half, a contabilidade continua entre as carreiras mais promissoras junto com áreas como engenharia, jurídico, financeiro e recursos humanos. No entanto, a pesquisa mostra que o perfil do profissional mudou. Se antes o olhar era apenas técnico, o momento é de ofertas para perfis que possuam, além da formação qualificada, visão de negócios, dinamismo, boa comunicação e postura estratégica.

Todas as ameaças apresentadas em 2018, com notícias que evidenciavam a "extinção" da profissão contábil foram absorvidas e trabalhadas pelo Sistema CFC/CRCs sendo convergidas em processos de transformação e novas oportunidades, ratificando, assim, o papel imprescindível da classe contábil no desenvolvimento sustentável dos países.

O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe têm trabalhado o tema em diversos eventos de capacitação da classe, através de encontros, fóruns e seminários.

Nesse panorama, o CRCSE intensificou as ações do Programa de Educação Profissional Continuada credenciando 138 cursos/eventos/atividades. Cerca de 920 profissionais participaram das ações e, em 31 de dezembro, o PEPC fechou com um total de 22 cursos ativos e 07 capacitadoras neste Estado.

Eventos foram promovidos com o objetivo de atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas, preparando, assim, os profissionais da contabilidade para os novos desafios.

No entanto, quando realizamos um panorama sobre o número de registros profissionais no Estado, seguimos em queda nos dois últimos anos - - 2,24% em 2017, - 1,33% em 2018 -, e só em 2019 houve um pequeno avanço de 0,28%. A situação pode ser atribuída ao quadro recessivo da economia brasileira que, mesmo em recuperação, ainda apresenta passos lentos.

Nesse movimento de transformações e acessibilidade, entendemos que a profissão contábil mudou e devemos continuar com o nosso compromisso de ajudar na construção da ponte necessária para transpor os desafios da realidade atual e conduzir a classe a um futuro promissor.



Principais canais de comunicação com a sociedade

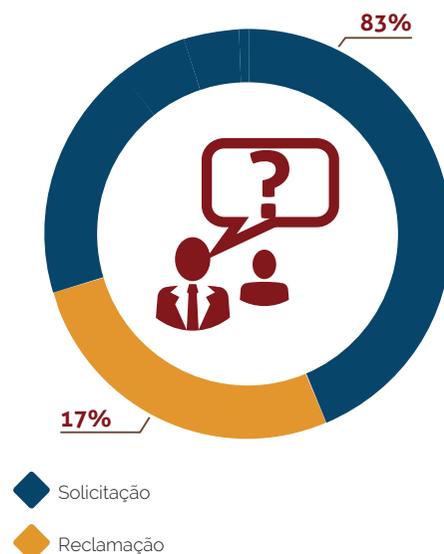
Ouvidoria

Canal de comunicação entre o cidadão e o CRCSE para receber sugestões, elogios, solicitações, reclamações, denúncias e sugestões de simplificação (Simplifique!) referentes aos diversos serviços prestados pelo Sistema CFC/CRCs.

A partir de julho de 2019, o CFC modificou o Sistema de Ouvidoria e passou a integrar os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). A medida atende às exigências da Lei n.º 13.460/2017 e da Resolução CFC n.º 1.544/2018 e teve como objetivo proporcionar aos CRCs o atendimento ao cidadão de maneira rápida e segura.



Tipos de manifestação*



*Não houve manifestações no Simplifique! em 2019

Áreas com maior demanda



Tema mais frequente



Portal da Transparência e e-SIC

Em cumprimento à Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e no intuito de dar mais transparência às ações e atividades que desenvolve, o CRCSE mantém disponível o **Portal da Transparência e Acesso à Informação** e o **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)**.

Portal da Transparência e Acesso à Informação

Canal de comunicação com o cidadão cujo objetivo é fornecer informações sobre os atos de gestão praticados pelo Sistema CFC/CRCs para a classe contábil e a sociedade brasileira.



e-SIC

Canal de comunicação entre o cidadão e o CRCSE que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação.



Comunicação Institucional

Acessos ao portal do CRCSE



* No ano de 2018 a plataforma que monitora os dados ainda não estava alinhada, devido a isso os números divergem tanto de um ano para o outro.

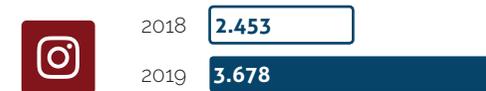
Facebook



Twitter



Instagram



Cadeia de Valor

Nossa cadeia de valor está estruturada nos quatro pilares da nossa Lei de Regência, que viabiliza ao CRCSE orientar, fiscalizar o exercício da profissão contábil, além de promover a Educação Continuada dos profissionais.





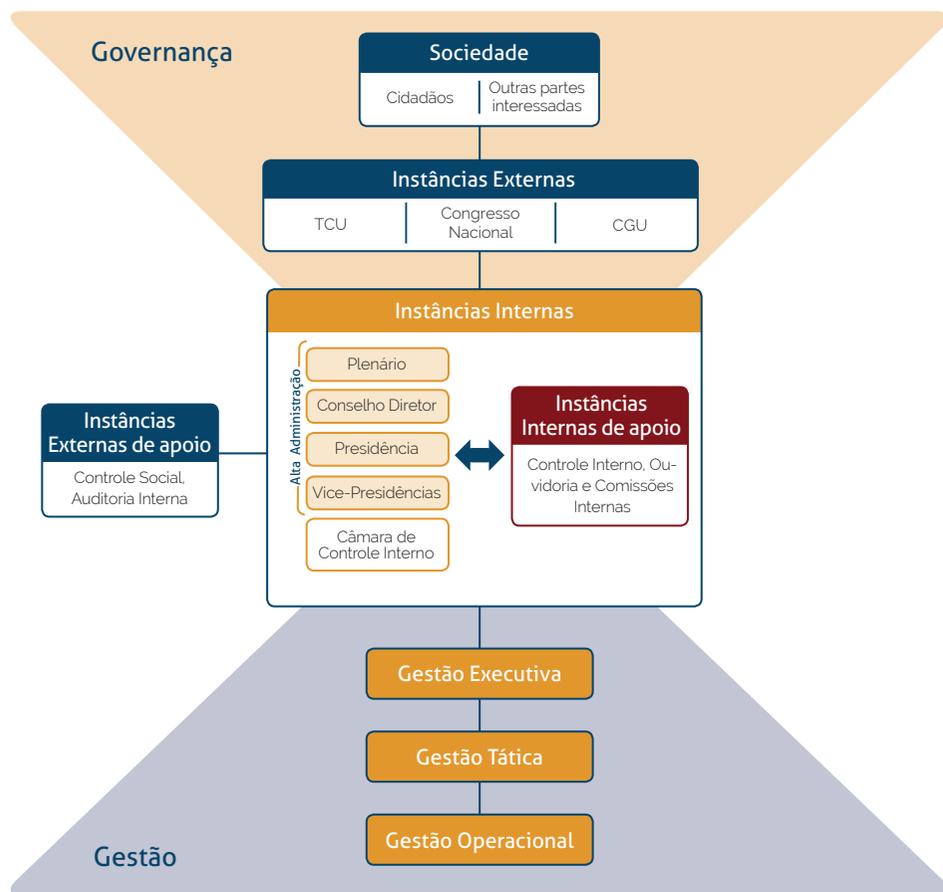
Governança, Estratégia e Alocação de Recursos



Estrutura e Práticas de Governança

A Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs foi instituída pela Resolução CFC n.º 1.549/2018, com o propósito de melhorar o desempenho organizacional, contribuir para a redução dos riscos, alinhar as ações à estratégia do Sistema CFC/CRCs e prestar contas das atividades desenvolvidas para a sociedade, baseado nos princípios da transparência, ética, eficiência, integridade, equidade e *accountability*.

No CRCSE, a Governança compreende a seguinte estrutura:



A partir do Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública (RBG), publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a Comissão de Integridade, Gestão da Governança e *Compliance* do CRCSE promoveu o levantamento das práticas de governança promovidas no âmbito do CRCSE, considerando os mecanismos de governança estabelecidos pelo RBG – liderança, estratégia e controle – e os componentes imprescindíveis para que as funções de avaliar, direcionar e monitorar fossem executadas de forma satisfatória.



Fonte: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública

Assim, foram identificadas as ações promovidas pelo CRCSE associadas a cada um dos componentes dos mecanismos de governança, conforme relação seguinte dos normativos que demonstram o atendimento às práticas de Governança.

	Pessoas e Competências	Princípios e Comportamentos	Liderança Organizacional	Sistema de Governança
Mecanismo Liderança	L1.1 - Eleição dos membros do Plenário do CRCSE; Plano de Cargos, Carreiras e Salários do CRCSE.	L2.1 - Código de Conduta para conselheiros, colaboradores e funcionários do Sistema CFC/CRCs.	L3.1 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores; Resolução que aprova a proposta orçamentária e Plano de Trabalho para o exercício.	L4.1 - Regimento Interno do CRCSE; Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Organograma do CRCSE.
		L2.2 - Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do CRCSE.	L3.2 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027.	L4.2 - Regimento Interno do CRCSE; Limites e instâncias de governança para a contratação e pagamento de bens e serviços e de gastos com diárias e passagens no âmbito do CRCSE.
	L1.3 - Comissão de Avaliação de Desempenho do CFC.	L2.3 - Comissão de Gestão da Governança Organizacional do CRCSE; Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do CRCSE.	L3.3 - Decreto-Lei nº 1.040/69 - Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências; Portaria que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação e pagamento de bens e serviços e de gastos com diárias e passagens no âmbito do CRCSE.	L4.3 - Regimento Interno do CRCSE; Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Organograma do CRCSE.
	L1.4 - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade; Plano de Cargos e Salários do CRCSE.		L3.4 - Política de Gestão de Riscos do CRCSE e Plano de Gestão de Riscos do CRCSE; Comitê de Gestão de Riscos do CRCSE.	
		L3.5 - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.		

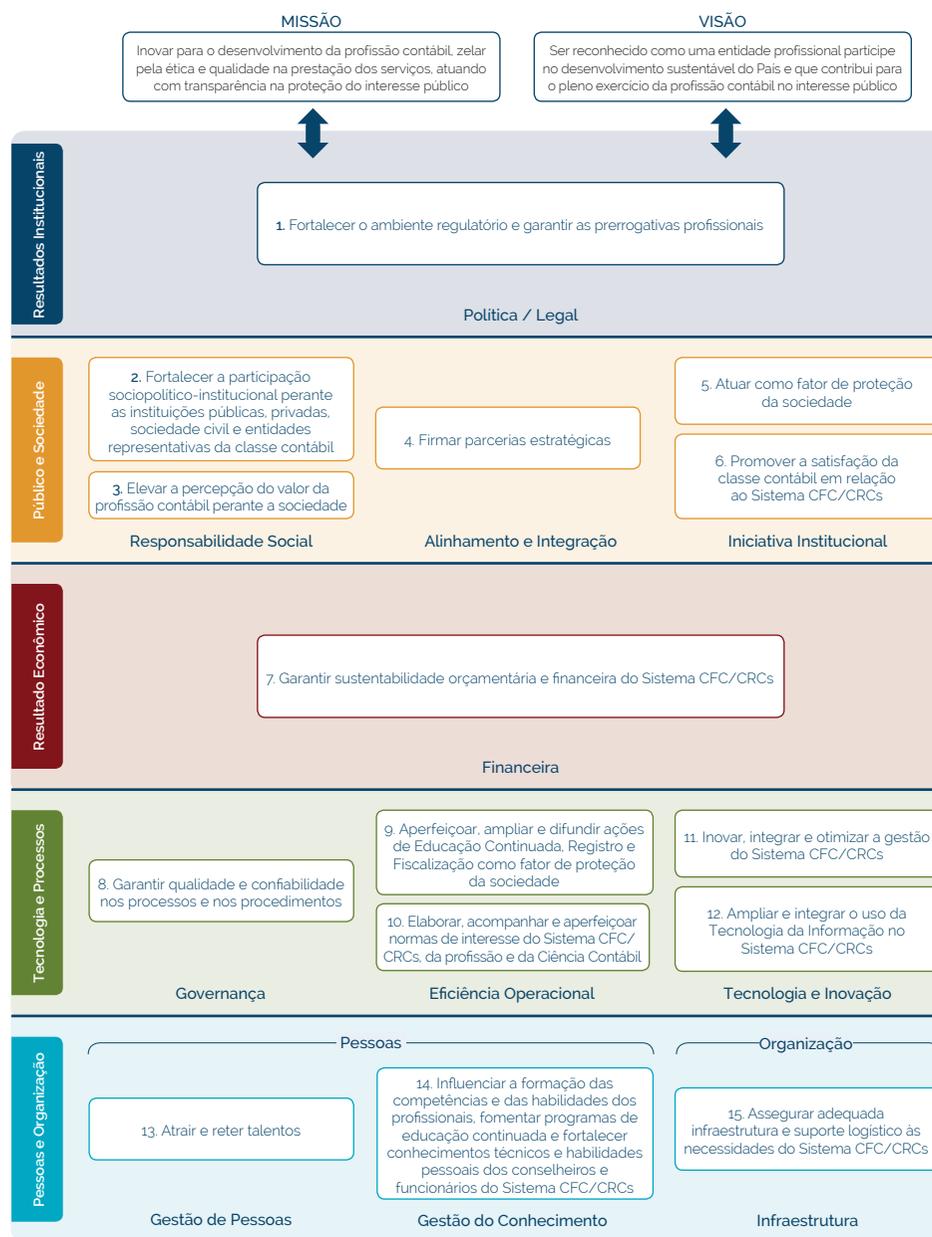
	Relacionamento com Partes Interessadas	Estratégia Organizacional	Alinhamento Transorganizacional
Mecanismo Estratégia	E1.1 - Resolução CFC nº 1.439/13 - Regula o acesso a informações previsto na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Carta de Serviços ao Usuário do CRCSE; Resolução CFC nº 1.544/18 - Regula a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, previstas na Lei nº 13.460/17, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.	E2.1 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027.	E3.1 - Política de Governança do Sistema CFC/CRCs; Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.
	E1.2 - Art. 5º e Anexo Único da Resolução CFC nº 1.439/13 - Regula o acesso a informações previsto na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.	E2.2 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.	
	E1.3 - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade; Indicadores 2, 3, 4 e 6 do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.	E2.3 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.	
	E1.4 - Plano de Trabalho do CRCSE; Relatório de Gestão.		

	Gestão de Riscos e Controle Interno	Auditoria Interna	Accountability e Transparência
Mecanismo Controle	C1.1 - Regimento Interno do CRCSE; Política de Gestão de Riscos do CRCSE; Plano de Gestão de Riscos do CRCSE.	C2.1 - Regimento Interno do CRCSE	C3.1 - Resolução CFC nº 1.439/13 - Regula o acesso a informações, previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Carta de Serviços ao Usuário do CRCSE.
	C1.2 - Política de Gestão de Riscos do CRCSE; Plano de Gestão de Riscos do CRCSE; Comitê de Gestão de Riscos do CRCSE.	C2.2 - Eleição dos membros do Plenário do CRCSE; Plano de Cargos, Carreiras e Salários do CRCSE.	C3.2 - Resolução CFC nº 1.439/13 - Regula o acesso a informações, previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.
		C2.3 - Política de Governança do Sistema CFC/CRCs.	C3.3 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs para 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.
			C3.4 - Processo Administrativo Disciplinar do CRCSE; Código de Conduta para conselheiros, colaboradores e funcionários do Sistema CFC/CRCs; Comissão de Acompanhamento e avaliação de conduta do CRCSE.

Estratégia

Somam-se às práticas de governança implementadas no âmbito do CRCSE a padronização de procedimentos e a fixação de limites e instâncias de governança para a contratação e pagamento de bens e serviços e a realização de despesas com diárias e passagens, sempre com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos do Sistema CFC/CRCs, conforme Mapa Estratégico 2018/2027, cujas metas são reavaliadas a cada biênio pelas instâncias internas de governança do CRCSE.

Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs



Gestão de Fiscalização Profissional

Investimento total:
R\$ 1.065.296,18

Projeto em destaque:

Reuniões Regimentais

5

Fiscalização das Organizações Contábeis e dos Profissionais de Contabilidade

9

Gestão de Registro

Investimento total:
R\$ 52.931,16

Projeto em destaque:

Registro de Profissionais e Organizações Contábeis

9

Gestão de Educação Continuada

Investimento total:
R\$ 367.888,40

Projetos em destaque:

Educação Continuada - Auditores e demais Profissionais Obrigados

14

Promover a Educação Continuada - Cursos e Palestras

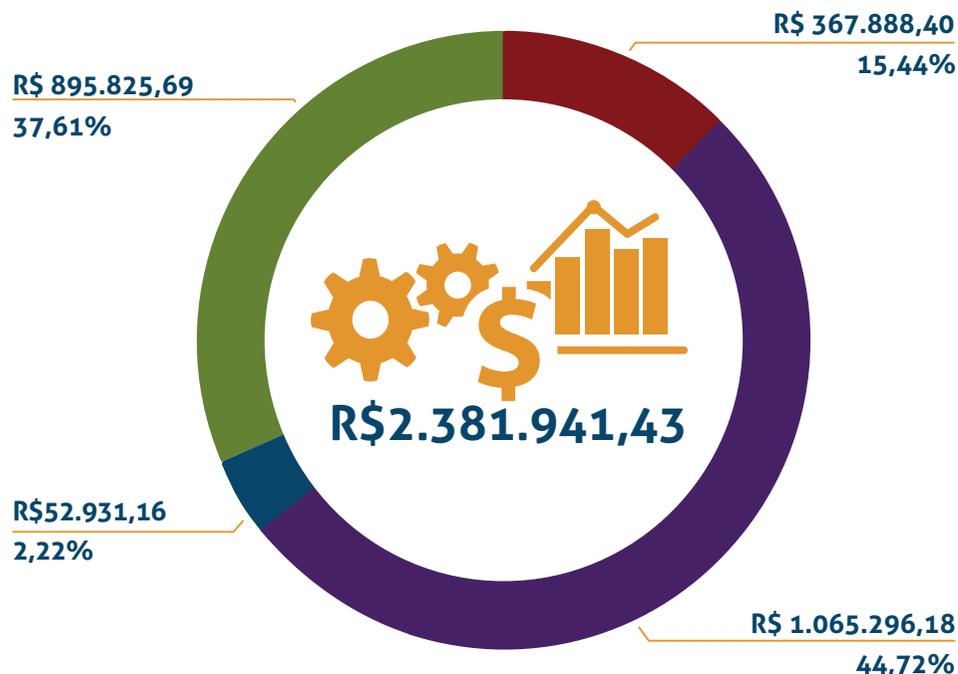
9

Promover a Educação Continuada - Encontros / Seminários / Fórum / Jornadas

9

Alocação de Recursos

Considerando que os objetivos devem traduzir em ações operacionais o desempenho da entidade, correlacionando os projetos, as metas e os indicadores estratégicos à visão e à missão institucional, as prioridades da gestão 2019 foram evidenciadas por meio da execução dos seguintes programas e recursos alocados:



- ◆ Gestão de Fiscalização
- ◆ Gestão de Registro Profissional
- ◆ Gestão de Educação Continuada
- ◆ Suporte e Apoio a Atividades Fins

Valor total efetivamente gasto com a função de Fiscalização do Exercício Profissional

	Projetos da Fiscalização* R\$ 7.864,45		Despesa com Diárias Reuniões Regimentais R\$ 0,00
	Folha da Fiscalização R\$ 149.660,75		Despesa com Passagens Reuniões Regimentais R\$ 0,00

*Projetos da Fiscalização: gastos com combustíveis e lubrificantes; peças e acessórios; manutenção e conservação de veículos; postagens de correspondência institucional; e diárias de funcionários.

Valor total gasto com as demais atividades finalísticas (registro, normatização, julgamento e orientação)

	Despesa com Auxílio-deslocamento Reuniões Regimentais R\$ 1.816,00		Despesa com Passagens Reuniões Regimentais R\$ 0,00
--	--	--	---

Valor total gasto com indenizações a conselheiros

	Execução da Conta de Diárias de Conselheiros R\$ 42.885,00		Execução da Conta de Passagem de Conselheiros R\$ 21.102,20
--	--	--	---



Riscos, Oportunidades e Perspectivas



Riscos, Oportunidades e Perspectivas

O processo de gestão de riscos no CRCSE consiste no gerenciamento de riscos e oportunidades e na instituição de mecanismos de controle interno necessários ao monitoramento e à avaliação das ações desenvolvidas, a fim de assegurar a eficácia dos controles e contribuir para a melhoria dos processos e do desempenho organizacional.

À gestão de riscos, portanto, cabe o tratamento eficiente das incertezas, seja pelo melhor aproveitamento das oportunidades seja pela redução da probabilidade ou do impacto de eventos negativos, a fim de melhorar a capacidade de gerar valor e fornecer garantia razoável ao cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs.

No âmbito do CRCSE, os normativos que regem a matéria são a Resolução CRCSE nº 536/2019 - Política de Gestão de Riscos do CRCSE - e a Re-

solução CRCSE nº 537/2019 - Plano de Gestão de Riscos do CRCSE - que, conjuntamente, sistematizam as práticas relacionadas à gestão de riscos, estabelecendo os princípios, as diretrizes, as responsabilidades e a metodologia a serem observados no processo, com vistas ao alcance dos objetivos, melhor desempenho das atividades e salvaguarda dos processos.

Portanto, a adoção dos procedimentos estabelecidos para a devida análise de riscos dos processos desenvolvidos no CRCSE, subsidia a melhor tomada de decisões e proporciona segurança razoável para o alcance dos objetivos dos programas, projetos e processos e, consequentemente, dos Objetivos Estratégicos do CRCSE.

O detalhamento das categorias de risco, dos responsáveis envolvidos e da metodologia aplicada estão a seguir dispostos:

Natureza do Risco	Categoria do Risco
Não orçamentário-financeira	Estratégico: eventos que podem impactar a missão, as metas ou os Objetivos Estratégicos do CRCSE.
	Operacional: eventos que podem comprometer as atividades da unidade organizacional, sejam eles associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas, afetando o esforço da gestão quanto à eficácia e à eficiência dos processos.
	Conformidade: eventos que podem afetar o cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis.
	Reputação: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade em relação à capacidade do CRCSE em cumprir sua missão institucional ou que interfiram diretamente em sua imagem.
Orçamentário-financeira	Integridade: eventos que podem afetar a probidade da gestão dos recursos e das atividades do CRCSE, causados pela falta de honestidade e desvios éticos.
	Fiscal: eventos que podem afetar negativamente o equilíbrio das receitas do Sistema CRCSE.
	Orçamentário: eventos que podem comprometer a capacidade do CRCSE de contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária.



Responsabilidades

Plenário	Presidência	Diretoria Executiva	Comitê de Gestão de Riscos	Chefes de Setores	Gestores dos Riscos
<ul style="list-style-type: none"> Aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas alterações. Aprovar o Plano de Gestão de Riscos e suas alterações. 	<ul style="list-style-type: none"> Definir a Política de Gestão de Riscos. Avaliar as propostas de mudanças da Política de Gestão de Riscos. Definir o apetite a risco do CRCSE. Aprovar a indicação dos gestores de riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> Gerenciar a implementação da gestão de riscos. Definir os processos prioritários para a gestão de riscos. Comunicar ao presidente o andamento do gerenciamento de riscos. Dirimir dúvidas quanto à identificação do gestor de determinado risco no âmbito interno das unidades organizacionais. Orientar a integração do gerenciamento de riscos com outras atividades de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar a Política e o Plano de Gestão de Riscos do CRCSE. Assessorar a alta direção. Comunicar à Diretoria Executiva o andamento do gerenciamento de riscos. Recomendar, quando necessária, a reavaliação e readequação da Política de Gestão de Riscos do CRCSE. Tratar os casos omissos e as excepcionalidades da Política de Gestão de Riscos do CRCSE. Estabelecer o contexto de forma geral para o Processo de Gestão de Riscos. Realizar o monitoramento e a análise crítica do Processo de Gestão de Riscos, propondo aos gestores ajustes e medidas preventivas e proativas. Orientar as partes interessadas no Processo de Gestão de Riscos. Elaborar e monitorar a Matriz Gerencial de Riscos, em que estarão descritos os riscos classificados como 'Extremos' e 'Altos'. Comunicar as partes interessadas no processo de Gestão de Riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> Sugerir os processos prioritários para gerenciamento dos riscos. Monitorar as operações do Processo de Gestão de Riscos realizadas pelos gestores dos riscos de sua área. Validar e contribuir na tomada de decisões dos planos de ação definidos na gestão dos riscos. Monitorar a execução dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos identificados pelos gestores dos riscos de sua área. Comunicar as ações realizadas pela Unidade Organizacional ao Comitê de Gestão de Riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> Executar as atividades referentes ao processo de identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos da atividade/projeto sob sua responsabilidade. Comunicar as ações realizadas aos gestores de áreas e/ou ao Comitê de Gestão de Riscos.
Conselho Diretor					
<ul style="list-style-type: none"> Propor ao Plenário do CRCSE a Política de Gestão de Riscos e suas alterações. Acompanhar a execução do Plano de Gestão de Riscos. Acompanhar a Matriz Gerencial de Riscos. 					

Nas fases de análise e de avaliação de riscos, os eventos de riscos e suas causas e consequências negativas são apreciados e classificados. Para tanto, são utilizadas as matrizes de 'Probabilidade x Impacto', na escala de 5x5, para definição do nível de risco e a de 'Classificação de Riscos', para classificação da diretriz do risco.

Já o apetite a risco é definido pela Presidência do CRCSE, conforme a matriz 'Apetite de Risco', a qual estabelece qual a quantidade de risco o CRCSE está disposto a aceitar, a fim de implementar sua estratégia, atingir seus objetivos e agregar valor aos serviços prestados no cumprimento de sua missão institucional.

A fase de tratamento do risco consiste 1) na seleção da melhor resposta a ser adotada para modificar o nível do evento de risco: evitar, aceitar, mitigar ou compartilhar o risco; 2) na elaboração de plano de ação, que pode implicar na adoção de novos controles ou na modificação de controles já existentes, e 3) no estabelecimento de prazos e responsáveis para implementação das ações.

O monitoramento e a análise crítica configuram etapa contínua e essencial do Processo de Gestão de Riscos, pois, entre outros objetivos, visam identificar mudanças no perfil do risco e ajustar a resposta, a prioridade e os planos de ação adotados.

Principais Riscos e Respostas

A implementação da gestão de riscos do CRCSE prevista para iniciar em 2019 não foi possível realizar devido à insuficiência de dotação orçamentária e recursos financeiros para capacitação dos colaboradores envolvidos no processo, além da mão-de-obra reduzida para atender as demandas administrativas e finalísticas do CRCSE. Contudo, cabe ressaltar, que em 2020 o CRCSE envidará todos os esforços para assegurar a efetiva execução da gestão de riscos e cumprir todos os normativos aprovados em 2019.



Resultados e Desempenho da Gestão



Introdução

O CRCSE adota o Sistema de Gestão por Indicadores (SGI) e o Sistema de Plano de Trabalho (SPT) como formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado do planejamento.

O SGI monitora o desempenho dos objetivos estratégicos por meio de indicadores. O SPT permite controlar as ações previstas, detalhar as ações executadas e avaliar se as metas estimadas foram alcançadas.

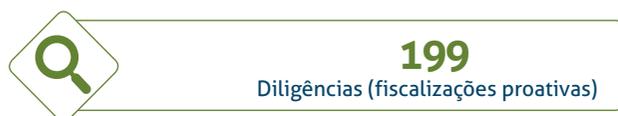
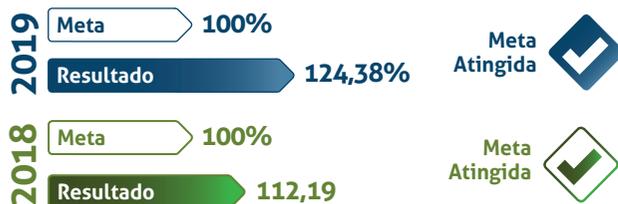
Por meio dessas ferramentas de gestão, o CRCSE vem mantendo controle sobre os programas, os projetos e as atividades desenvolvidas, visando atender as suas finalidades institucionais e a sua visão de futuro, as quais estão contempladas no Planejamento Estratégico do período 2018-2027.

Nas páginas que seguem, para cada área finalística do CRCSE – Fiscalização, Registro e Educação Continuada –, são apresentadas análises sobre: indicadores do SGI, principais projetos e ações do SPT e desafios futuros.

Fiscalização

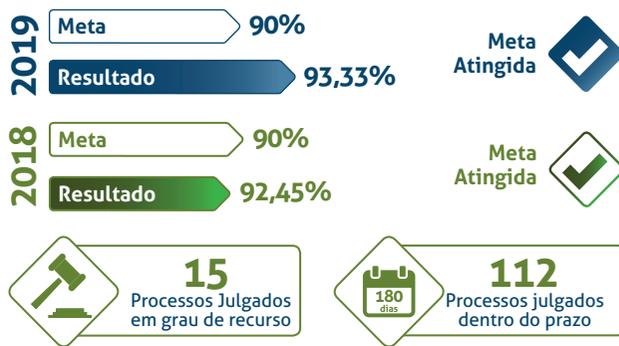
Indicadores

Índice de realização de diligências geral



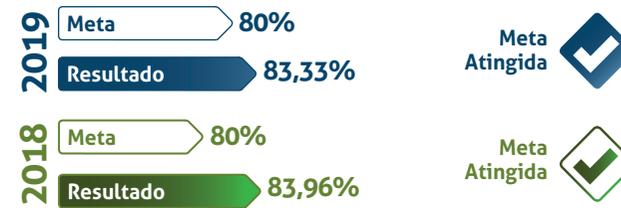
A utilização do Sistema de Fiscalização Eletrônica e a celebração de convênios pelo CRCSE foram ferramentas importantes que auxiliaram no desenvolvimento de ações mais efetivas da fiscalização e propiciaram o crescimento significativo das ações em combate às irregularidades praticadas no exercício profissional. O CRCSE tem por objetivo intensificar ainda mais a fiscalização aos profissionais e as organizações contábeis em situação irregular, a fim de continuar atingindo o Objetivo Estratégico de aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de fiscalização como fator de proteção da sociedade.

Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização



O cuidado e o zelo no julgamento dos processos são primordiais para o CRCSE de modo a não causar prejuízos ao profissional e à sociedade. O resultado positivo demonstra empenho do CRCSE em proporcionar celeridade no julgamento dos processos de fiscalização, dando retorno à sociedade das interposições de demandas de fiscalização proativa (denúncias) e principalmente atuando como fator de proteção do interesse público.

Ética na profissão



Visando assegurar a efetividade de suas ações fiscalizatórias, o CRCSE avalia, continuamente, o total de penalidades aplicadas frente ao total de processos julgados e verifica os aspectos qualitativos dos autos abertos e a confirmação da infração praticada.



- 100** Processos mantiveram a penalidade aplicada em primeira instância
- 20** Processos arquivados por regularização antes do julgamento de 2ª instância.
- 1** Processo devolvido e/ou diligenciado ao CRCSE para correção de vícios sanáveis
- 0** Processo referente ao exercício ilegal de profissão encaminhados ao Ministério Público

Gestão das multas de fiscalização



O CRCSE desenvolveu ações com o intuito de garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos, tendo inclusive no ano de 2019, realizado na sede do Regional, um curso ministrado pelo Conselheiro do CFC, o Contador José Domingos Filho, visando qualificar os conselheiros e melhorar os relatos proferidos nos processos administrativos, minimizando a incidência de possíveis vícios administrativos e maior assertividade das atividades desenvolvidas pela fiscalização do CRCSE e seu colegiado.

Principais projetos e ações

Fiscalização das Organizações Contábeis e dos Profissionais*



No exercício de 2019, o CRCSE intensificou as ações de fiscalização sobre as organizações contábeis e os profissionais que estavam atuando sem registros/baixados; além disso, houve também a orientação acerca da importância do contrato de prestação de serviços, escrituração contábil, DE-CORE, perícia, auditoria e divulgação do Novo Código de Ética (NBC PG 01).



Fiscalização das Empresas não Contábeis

Em 2019, o CRCSE intensificou suas ações na fiscalização de empresas não contábeis que tinham como responsáveis técnicos, nos órgãos governamentais, profissionais com registros baixados; bem como, promoveu a divulgação das NBC's (ITG 1000 E ITG 2002) às empresas e entidades sem fins lucrativos. Assim, no período de janeiro a dezembro foram fiscalizadas:



Reuniões Regimentais



10 Processos éticos disciplinares julgados pelo Tribunal Superior de Ética e Disciplina do CRCSE. Além disso, nas reuniões plenárias do CRCSE foram homologadas as decisões das reuniões de câmaras, bem como foram discutidos os projetos, a gestão e a aplicação dos recursos, com vistas ao aprimoramento da profissão contábil.

Desafios futuros

- Fortalecer a formação contínua dos fiscais e conselheiros do CRCSE.
- Acentuar o controle e a avaliação do trabalho fiscalizatório realizado pelo Regional.
- Promover melhorias dos sistemas de informática para controle das fiscalizações, denúncias e trâmites dos processos de fiscalização.

Registro

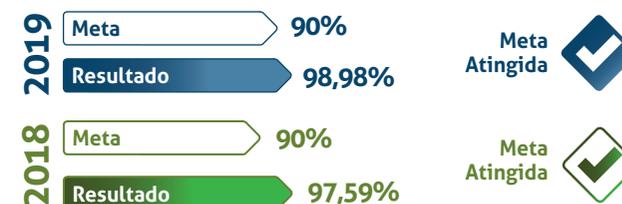
Indicadores

Índice de evolução de registros profissionais* ativos



Verificou-se que, apesar do aumento de registros profissionais no exercício de 2019, em comparação a 2018, infelizmente, a meta não foi atingida, tendo em vista, a crise econômica dos últimos anos, dificultando o acesso ao mercado de trabalho. Diante do exposto, o CRCSE, intensificará suas ações em 2020, para conscientizar os bacharéis de ciências contábeis, da importância do Exame de Suficiência, bem como do registro profissional no Conselho de Contabilidade.

Tempo médio de julgamento de processos de registro



Com referência ao indicador tempo médio de julgamento dos processos, o registro vem sempre mantendo a meta com base nas normas do CFC, e comprometimento dos conselheiros envolvidos com a câmara, visando a celeridade dos processos.

Principais projetos e ações

Registro de Profissionais e Organizações Contábeis

No período de janeiro a dezembro foram registrados:



Atualização e Manutenção Cadastral

Todo o desempenho da ação é feito em conjunto com os setores de Registro, Cobrança e Fiscalização. Quando se é constatado endereços desatualizados, é enviada essa informação ao setor de Registro para

verificação e contato com o profissional, por telefone e e-mail, e, posteriormente, quando não tem o retorno do profissional, envia-se a relação ao CFC.

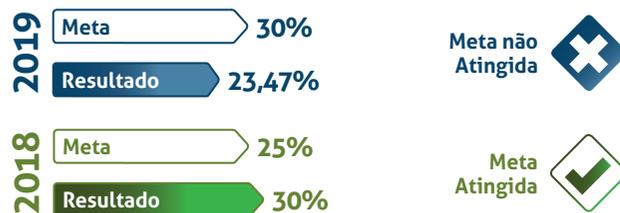
Desafios futuros

- Aumentar o percentual de registros profissionais com foco nos aprovados nos últimos Exames de Suficiência;
- Aproximar o CRCSE das IES visando divulgar o papel do CRCSE junto aos profissionais e à sociedade.

Educação Continuada

Indicadores

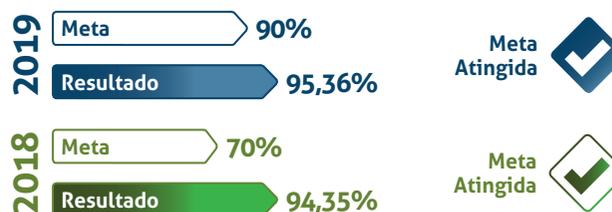
Participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação – Educação Continuada



Com o objetivo de cumprir uma das finalidades precípua do Sistema CFC/CRC's, o CRCSE vem promovendo cursos e eventos para aprimorar e qualificar os profissionais registrados na entidade. Em 2019, constatou-se a participação de 841 profissionais

no Programa de Educação Continuada, quantidade inferior a de 2018, que somava 1.072 profissionais. Verifica-se, portanto, que o resultado de 23,47%, não alcançou a meta prevista de 30%. Por motivo de quórum, não foi realizado o Encontro dos Contabilistas dos Municípios de Sergipe, evento que foi transferido para o mês de março de 2020, sendo impossível atingir a meta prevista.

Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc.



Com a finalidade de monitorar a satisfação dos profissionais e avaliar a qualidade dos eventos/cursos realizados, o CRCSE aplica um questionário ao final de cada atividade. Em 2019, obteve-se o percentual de 95,36%, e, em 2018, de 94,35%; resultado, esse, que corroborou o grau de satisfação dos profissionais com a qualidade dos cursos/eventos realizados pela entidade.

Investimentos em desenvolvimento profissional – per capita



50
Eventos realizados pelo CRCSE

376
Carga horária total dos eventos realizados pelo CRCSE

841
Profissionais credenciados nos eventos do CRCSE*
*Quantidade de Profissionais da Contabilidade

Em 2019, o CRCSE investiu no Programas de Educação Continuada o valor de R\$ 188.631,62. Posto isto, o volume de recursos investido por profissional em 2019 ficou acima da meta estabelecida, perfazendo o valor de R\$ 224,29. Esse resultado deu-se em virtude do número de participantes no Programas de Educação Continuada.

Principais projetos e ações

Promover a educação continuada - encontros/seminários/fóruns/jornadas

Principais eventos:



*Quantidade de Profissionais da Contabilidade

Promover a Educação Continuada - Cursos e Palestras

Principais cursos e palestras:

IFRS NBC-TG 18 (R3) 11 participantes*	Controle Interno na Administração Pública: "Aspectos Teóricos e Práticos" 18 participantes*
Elaboração das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas 27 participantes*	Processo de Auditoria das Demonstrações Financeiras 40 participantes*
Contabilidade Avançada 13 participantes*	Planejamento Tributário 41 participantes*
Prático de ECD - Escrituração Contábil Digital (SPED Contábil) 28 participantes*	Reforma Trabalhista para Contadores – Aracaju 27 participantes*
Gestão Contábil e Prestação de Contas das Entidades do 3º Setor 15 participantes*	Reforma Trabalhista e Previdenciária tem limites? Como fugir das armadilhas 25 participantes*
Palestra sobre a Lei de Liberdade Econômica 26 participantes*	Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Impairment Test 31 participantes*
IFRS NBC-TG 19 (R2), 15 (R4) e 48 Instrumentos Financeiros 11 participantes*	Nova REINF, DCTFWEB & PERDCOMPWEB: "Restituições, Compensações e Pagamentos" 34 participantes*
Análise das Demonstrações Contábeis 20 participantes*	Controle Patrimonial no Setor Público 27 participantes*
e-Social, Reinf e DCTF web para Empresas do Simples Nacional, Produtores Rurais e Associações – Aracaju 22 participantes*	
Prático de ECF – Escrituração Contábil Fiscal 26 participantes*	
Prático de IFRS PME - Contabilidade para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Pronunciamento Técnico PME (Resolução CFC 1.255/2009 NBC TG 1000 e ITG 1000) 10 participantes*	

*Quantidade de Profissionais da Contabilidade

Educação Continuada - Auditores e demais Profissionais Obrigados

Referente à prestação de contas da educação continuada, no ano de 2019, foram analisados 18 processos, onde os profissionais apresentaram suas atividades realizadas durante todo o ano de 2018: docência, cursos de graduação e pós-graduação, participação em bancas de Trabalho de Conclusão de Cursos, orientação em Trabalhos de Conclusão de Cursos, cursos de extensão, entre outros.

Porém, ressalta-se que nem todas as atividades apresentadas foram deferidas. Algumas atividades, como disciplinas não relacionadas com a atividade contábil, não são computadas, assim como, as participações em bancas de TCC, disciplinas de MBA ou Pós-graduação que não são relacionadas diretamente com a atividade contábil.



Desafios futuros

Capacitar o maior número de profissionais, conscientizando-os sobre a importância da educação continuada para o novo perfil do profissional da contabilidade exigido pelo mercado de trabalho. Ao tempo que inserimos a cultura da educação continuada, não só para atender o fisco, como, para preparar o profissional para as novas tendências da contabilidade.

Gestão Orçamentária e Financeira

Execução orçamentária

O orçamento para o exercício de 2019 foi estimado em R\$ 2.267.503,00, aprovado por meio da Resolução CRC n.º 517/2018. Houve modificações orçamentárias redimensionando-o para o montante de R\$ 2.492.983,00. Entretanto, foi arrecadado o valor de R\$ 2.198.072,87, equivalente a 81,16% da receita prevista. As despesas executadas representaram o montante de R\$ 2.381.941,43, correspondendo a 108,36% do valor arrecadado.

O índice de eficiência orçamentária demonstra a relação entre as receitas e despesas. O CRCSE não conseguiu cumprir com o princípio do Equilíbrio Orçamentário, devido ao repasse a menor das subvenções pelo CFC, a baixa arrecadação da receita com inscrições de cursos e pela abertura de créditos por superávit financeiro para cobrir despesas com a educação continuada.



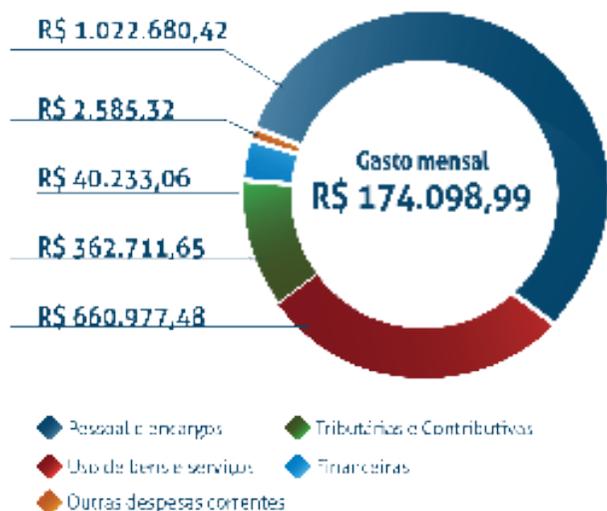
Resultado Financeiro

O CRCSE apresenta uma situação financeira confortável referente à capacidade de solvência do seu passivo financeiro. O superávit financeiro apurado em 2019 foi de R\$ 353.971,93.

em R\$	
Resultado Financeiro	2019
Ativo Financeiro	525.276,51
(-) Passivo Financeiro	171.304,58
Superávit Financeiro	353.971,93

Despesas Correntes

As despesas correntes representaram cerca de 88,30% da despesa total e apresentam uma média de gasto mensal de, aproximadamente, R\$ 174.098,99, sendo as de maior relevância descritas a seguir:



Uso de Bens e Serviços

- Os serviços se referem a contratações necessárias ao funcionamento do CRC: 28,95%
- O material de consumo se refere aos bens adquiridos e consumo nas atividades do órgão: 2,68%

DESPESAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
1. Despesas de Pessoal	1.022.680,42	974.074,74	1.022.680,42	974.074,74	1.003.771,41	947.985,61
Remuneração de Pessoal	684.761,38	653.937,36	684.761,38	653.937,36	684.761,38	653.937,36
Encargos Patronais	208.271,84	200.512,74	208.271,84	200.512,74	189.362,83	182.123,75
Benefícios a Pessoal	129.647,20	119.624,64	129.647,20	119.624,64	129.647,20	111.924,50
2. Uso de Bens e Serviços	660.977,48	523.727,45	660.977,48	523.727,45	630.893,69	492.625,23
Material de Consumo	56.036,56	36.858,89	56.036,56	36.858,89	56.036,56	34.969,41
Serviços	490.313,65	433.874,19	490.313,65	433.874,19	460.229,86	404.661,45
Diárias	68.650,00	28.912,00	68.650,00	28.912,00	68.650,00	28.912,00
Passagens	43.552,93	22.490,37	43.552,93	22.490,37	43.552,93	22.490,37
Demais elementos do grupo	2.424,34	1.592,00	2.424,34	1.592,00	2.424,34	1.592,00
3. Financeiras	40.233,06	61.558,55	40.233,06	61.558,55	40.233,06	61.558,55
Serviços Bancários	40.233,06	61.558,55	40.233,06	61.558,55	40.233,06	61.558,55
4. Outras Despesas Correntes	365.296,97	354.638,29	365.296,97	354.638,29	359.167,56	354.638,29
Tributárias	362.711,65	352.524,10	362.711,65	352.524,10	356.582,24	352.524,10
Demais elementos do grupo	2.585,32	2.114,19	2.585,32	2.114,19	2.585,32	2.114,19
DESPESAS CORRENTES	2.089.187,93	1.913.999,03	2.089.187,93	1.913.999,03	2.034.065,72	1.856.807,68

DESPESAS DE CAPITAL						
Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
5. Investimentos	292.753,50	838.402,00	292.753,50	838.402,00	292.753,50	838.402,00
Obras, Instalações e Reformas	32.890,00	817.587,00	32.890,00	817.587,00	32.890,00	817.587,00
Equip. e Materiais Permanentes	259.863,50	20.815,00	259.863,50	20.815,00	259.863,50	20.815,00
DESPESAS DE CAPITAL	292.753,50	838.402,00	292.753,50	838.402,00	292.753,50	838.402,00
TOTAL GERAL	2.381.941,43	2.752.401,03	2.381.941,43	2.752.401,03	2.326.819,22	2.695.209,68

Gestão de Pessoas

A força de trabalho efetiva em 31/12/2019 do CRCSE é composta por empregados efetivos (66,67%), cargos em comissão (16,67%), estagiários (5,55%) e prestadores de serviços (11,11%). Do total, 02 colaboradores estão diretamente atuando em atividades de fiscalização preventiva e de orientação.

Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, destinando-se as atribuições de assessoramento à gestão. Os prestadores de serviços são contratados por meio de licitação e destinam-se a execução dos serviços de limpeza e conservação. Os estagiários são estudantes do ensino superior que desenvolvem atividades relacionadas às suas áreas de formação profissional, sob a supervisão de empregado efetivo ou comissionado. A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos termos previstos na Resolução CFC n.º 1062/2005.



Com relação à evolução dos gastos de pessoal nos últimos dois anos, percebem-se pequenas variações entre 2018 e 2019. As variações decorreram da correção salarial, do aumento no valor dos benefícios (vale alimentação e auxílio saúde) e do preenchimento do cargo comissionado de assessoria de comunicação; sendo, que o impacto dessas condicionantes representou um acréscimo de apenas 5,2% em relação ao exercício anterior.

Detalhamento da Despesa de Pessoal

(empregados efetivos + cargos comissionados + estagiários)



Gestão de Licitações e Contratos

Para assegurar a conformidade da gestão de Licitações e Contratos, o CRCSE observa a Lei n.º 8.666/1993; a Lei n.º 10.520/2002; a Lei Complementar n.º 123/2006; o Decreto 10.024/2019 e demais decretos, instruções normativas e jurisprudências.

As despesas do CRCSE com contratação totalizaram R\$ 953.394,84, das quais 54,01% foram realizadas por meio de Contratações Diretas e 45,99% por meio de Pregões para atender aos programas de Gestão de Fiscalização, Gestão de Registro Profissional, Gestão de Educação Continuada e Suporte e Apoio a Atividades Fins.

Modalidade de contratação	2019	2018
Pregão Presencial	438.551,09	164.902,65
Contratações Diretas	514.843,75	350.725,13
Dispensa	370.961,81	264.531,63
Inexigibilidade	143.881,94	86.193,50
Total	953.394,84	515.627,78

O aumento de 54,08%, em relação a 2018, ocorreu principalmente das contratações de empresas para fornecimento do mobiliário para o auditório e revestimento da fachada do Conselho.

Contratações diretas

Dos 26 processos de contratações realizados em 2019, 13 referem-se a contratações diretas por dispensa de licitação (Artigo 24, inciso I e II da Lei 8.666/93), e os demais por inexigibilidade (Artigo 24, da Lei 8.666/93), que envolveram as contratações de palestrantes para ministrarem cursos de capacitações para os profissionais.

Contratações mais relevantes

Gestão de Fiscalização	
Objetivo estratégico: Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização	Valor Utilizado
Objeto: Contrato com a Empresa de Correios e Telégrafos	R\$ 6.017,18
Justificativa: Promover a fiscalização preventiva e de orientação.	
Gestão de Registro Profissional	
Objetivo estratégico: Garantir a Sustentabilidade Orçamentária e Financeira do Sistema CFC/CRCs	Valor contratado
Objeto: Contrato com o Banco do Brasil	R\$ 36.923,31
Justificativa: Realizar a cobrança da anuidade.	
Gestão de Educação Continuada	
Objetivo estratégico: Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização	Valor contratado
Objeto: Contratação de Palestrantes	R\$ 75.890,00
Justificativa: Proporcionar aos profissionais contábeis o aprimoramento técnico científico.	

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Os investimentos realizados em infraestrutura e equipamentos foram necessários para atender ao Objetivo Estratégico nº 15 da Resolução CFC nº 1.543/2018, assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs. Entre os resultados alcançados decorrentes dos investimentos com obras, aquisição de mobiliário, equipamentos e instalações, destacam-se:

- Revestimento da fachada do prédio;
- Aquisição de cadeiras, púlpito, painel e bedouro para o novo auditório;
- Aquisição de TVs e sonorização para o plenário;
- Aquisição de persianas, cortinas, letreiros e placas de sinalização do CRCSE

O contrato com aquisição de cadeiras, mesas, palcos e painel para uso do novo auditório totalizaram R\$ 190.700,00 representando 60,82% dos gastos apresentados na tabela abaixo:

Objeto	Valor
Aquisição de Móveis e Utensílios de Escritórios	192.850,00
Modernização e manutenção da estrutura física	78.755,09
Instalações	41.937,50
Valor total	313.542,59

Desfazimento de ativos

Os ativos baixados do Sistema de Bens Patrimoniais do CRCSE em 2019, totalizaram R\$ 1.491,37. Esses bens referem-se a equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos, móveis e museu que foram diminuídos por perda involuntária de bens móveis, conforme relatório

apontado pela Comissão de Levantamento Patrimonial, nomeada pela Portaria CRCSE nº 030, alterada pela Portaria CRCSE nº 044/2019. O processo para desfazimento dos Bens Inservíveis e ociosos iniciou-se com a criação da Comissão de Avaliação e Destinação de Bens Inservíveis do CRCSE, nomeada pela Portaria CRCSE nº 056 de 09 de dezembro de 2019.

Locações de Imóveis e Equipamentos

O CRCSE possui contrato de locação de impressoras (outsourcing) agilizando a demanda e reduzindo custos com manutenção e suprimentos.

Principais desafios e ações futuras

Podem-se destacar os seguintes desafios para gestão patrimonial do CRCSE :

- manutenção dos mobiliários existentes;
- renovação da frota de veículos.

Gestão de Custos

Atualmente, o CRCSE não adota metodologia para o rateio dos custos indiretos. O Conselho utiliza sistema informatizado para o controle dos custos diretos, os quais foram alocados em 37 projetos aprovados para o Plano de Trabalho de 2019, que estão alinhados e vinculados a 13 objetivos estratégicos para atender às necessidades dos 4 programas voltados ao atingimento das atividades-fins do Conselho. Os custos alocados nos programas estão demonstrados no Capítulo 2: Governança Estratégica e Alocação de Recursos, página 16.

Valores por Objetivo Estratégico

Objetivo Estratégico	Executado
Fortalecer a participação sócio-político-institucional justo às instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas	R\$ 7.650,85
Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade	R\$ 15.570,65
Firmar parcerias estratégicas (*)	0,00
Atuar como fator de proteção da sociedade	1.816,00
Promover a satisfação da classe contábil com o Sistema CFC/CRCs	R\$ 1.155,60
Garantir a sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs	R\$ 410.798,83
Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos	R\$ 109,00
Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade	R\$ 248.151,09
Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs (**)	R\$ 0,00
Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs	R\$ 59.845,55
Atrair e reter talentos	R\$ 1.049.786,38
Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e formar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs.	R\$ 111.249,66
Assegurar adequada infraestrutura e suporte logísticos às necessidades do Sistema CFC/CRCs.	R\$ 475.807,82
Total	R\$ 2.381.941,43

(*) Foram firmadas parcerias, porém sem custos.

(**) Não houve gastos para execução desse objetivo estratégico.

Principais desafios e ações futuras

- Implementar a distribuição dos custos indiretos por centro de custos.



Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis



Declaração da Contadora do CRCSE

Simone Alves de Souza Santana

O Setor Contábil está subordinado à Vice-Presidência Administrativa e exerce a responsabilidade de coleta de dados, registro, elaboração das Demonstrações Contábeis, assim como pela divulgação dos relatórios gerenciais, patrimoniais, pela elaboração da prestação de contas do CRCSE e pela apresentação de obrigações fiscais acessórias.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.

As demonstrações contábeis do CRCSE foram elaboradas em observância a Lei n.º 4.320/1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/2009; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e à INT/VPCI/ CFC n.º 023/2019 e 024/2019 da Câmara de Controle Interno do CFC, conforme orientações da Instrução Normativa TCU n.º 63/10 de 01/09/2010, da DN-TCU n.º 178/2019, e da Portaria TCU 378/2019, além de outros normativos do Sistema CFC/CRCs.

A conformidade contábil das Demonstrações Contábeis e dos atos de gestão é realizada pela Câmara de Controle Interno, de acordo com o inciso V do artigo 13 da Resolução CRCSE n.º 528 de 13 de maio de 2019, que aprova o Regimento do CRC e dá outras providências, alinhado aos procedimentos descritos nos Manuais de Contabilidade e de Auditoria do CFC.

Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações, extraídas do Sistema Informatizado de Contabilidade e demais sistemas gerenciais, que são utilizados pelo Regional onde são

registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis apresentadas são as seguintes:

- Balanço Patrimonial (BP) – evidencia os Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido e evidencia qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial do CRC;
- Balanço Orçamentário (BO) – traz a informação do orçamento inicial e suas alterações, confrontando-o com a execução da receita e despesa.
- Balanço Financeiro (BF) – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguintes;
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) – evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) - tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como, sua evolução no período.
- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) – apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento



- Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar (RPP) – ratifica as despesas empenhadas e efetivamente executadas cuja liquidação tenha sido verificada no exercício.
- Notas Explicativas – fazem parte das demonstrações contábeis e nela estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos.

Os demonstrativos podem ser acessados no site do CRCSE, por meio do endereço <http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx>.

Avanços

Em 2019 o CRCSE manteve o foco na qualidade das informações contábeis do Sistema aprimorando a adoção do princípio da competência para as receitas e despesas. Com reflexo nas Variações Patrimoniais, com essa missão em foco, o Sistema CFC/CRC apresentou avanços substanciais na qualidade das informações contábeis, dentre elas destacamos as seguintes pautas:

- Adoção do princípio da competência para receitas e despesas com reflexo nas Variações Patrimoniais;
- Registro da depreciação e da amortização dos itens do Imobilizado e Intangível;
- Reconhecimento, mensuração e evidência das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas decorrentes de créditos e ajuste para perdas;
- Registro contábil por meio de eventos;
- Controle orçamentário por meio de empenhos;
- Reconhecimento de passivos contingentes e demais obrigações, a exemplo de provisões trabalhistas e cíveis;
- Controle dos contratos nas contas de compensação, designados como atos potenciais ativos e passivos.

Declaração

Considerando que os normativos trazem orientações quanto aos procedimentos para a elaboração e apresentação do Relatório de Gestão e do processo de Prestação de Contas, considerando ainda que a documentação apresentada para registro está alinhada aos procedimentos internos de controles, declaro que os demonstrativos contábeis (Balanços Patrimonial, Financeiro e Orçamentário, Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) refletem os seus aspectos mais relevantes, quanto à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.

Simone Alves de Souza Santana
Contadora CRCSE 4736/O

Balanço Patrimonial (BP)

R\$

ATIVO	NE	2019	2018	PASSIVO	NE	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		1.068.864,44	1.343.508,63	PASSIVO CIRCULANTE	07	264.195,67	282.282,64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	01	522.609,72	707.619,93	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS		18.909,01	18.388,99
Caixa e Equivalentes de Caixa		522.609,72	707.619,93	Encargos Sociais a Pagar		18.909,01	18.388,99
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	02	543.587,93	632.943,16	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO		41.168,55	49.135,19
Créditos a Receber		543.587,93	632.943,16	Obrigações Fiscais de Curto Prazo		1.276,50	1.535,30
(-) Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	03	916.992,19	1.133.453,06	Depósitos Consignáveis		9.808,26	9.135,06
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	04	1.620,00	1.851,87	Fornecedores		30.083,79	38.464,83
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		120,00	1.826,11	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO		11.784,25	9.383,84
Tributos e Contribuições a Recuperar		0,00	0,00	Transferências Legais		6.129,41	4.005,49
Créditos por Danos ao Patrimônio/Div. Responsáveis		0,00	25,76	Outras Obrigações		5.654,84	5.378,35
Outros Créditos e Valores a Recuperar		1.500,00	0,00	PROVISÕES DE CURTO PRAZO		192.249,45	205.153,69
VAR. DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	05	1.046,79	1.093,67	Provisões Trabalhistas	08	99.358,36	96.772,66
Var. Diminutivas pagas Antecipadamente		1.046,79	1.093,67	Provisões p/ riscos trabalhistas e civeis	09	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		2.495.971,20	2.292.612,43	Provisões de Cota Parte	10	92.891,09	108.381,03
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		52.473,46	32.672,61	VALORES DE TERCEIROS E/OU RESTITUÍVEIS	11	84,41	220,93
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	(02)	52.473,46	32.672,61	Cauções		0,00	0,00
(-) Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(03)	2.571.199,79	1.600.958,06	Depósitos Judiciais		0,00	0,00
INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	06	2.443.497,74	2.259.939,82	Honorários de Sucumbência		84,41	220,93
Imobilizado		2.433.372,85	2.247.155,49	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada		416.838,33	316.726,69	TOTAL DO PASSIVO		264.195,67	282.282,64
Intangível		29.549,12	29.549,12	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	3.300.639,97	3.353.838,42
(-) Amortização Acumulada		19.424,23	16.764,79	Patrimônio Social		3.300.639,97	3.353.838,42
TOTAL DO ATIVO		3.564.835,64	3.636.121,06	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.564.835,64	3.636.121,06

Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

(Lei nº 4.320/64)

R\$

DESCRIÇÃO	NE	2019	2018	DESCRIÇÃO	NE	2019	2018
ATIVO	13	3.564.835,64	3.636.121,06	PASSIVO	13	264.195,67	282.282,64
Ativo Financeiro		525.276,51	710.565,47	Passivo Financeiro		171.304,58	173.901,61
Ativo Permanente		3.039.559,13	2.925.555,59	Passivo Permanente		92.891,09	108.381,03
SALDO PATRIMONIAL						3.300.639,97	3.353.838,42

Quadro das Contas de Compensação

(Lei nº 4.320/64)

R\$

DESCRIÇÃO	NE	2019	2018	DESCRIÇÃO	NE	2019	2018
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	14	55.634,20	55.634,20	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	14	42.071,35	99.060,74
Outros Atos Potenciais Ativos		55.634,20	55.634,20	Outros Atos Potenciais Passivos		42.071,35	99.060,74

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Variações Patrimoniais Quantitativas

R\$

DESCRIÇÃO	2019	2018	DESCRIÇÃO	NE	2019	2018
"VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			"VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Contribuições	1.955.341,32	1.904.303,50	Pessoal e encargos		1.022.680,42	974.074,74
Exploração de bens e serviços	121.384,56	128.449,51	Benefícios assistenciais		0,00	0,00
Financeiras	527.764,68	541.652,73	Uso de bens e serviços		768.728,57	576.944,30
Transferências	342.208,39	1.051.113,58	Financeiras		55.770,45	76.957,78
Outras variações patrimoniais aumentativas	1.390.045,44	1.142.972,59	Tributárias e contributivas		347.221,71	348.223,85
		1.620,00	Desvalorização e perda de ativos		2.128.375,42	1.714.921,64
		120,00	Outras variações patrimoniais diminutivas		67.166,27	66.137,40
TOTAL	4.336.744,39	4.768.491,91			4.389.942,84	3.757.259,71
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO				15	-53.198,45	1.011.232,20

Variações Patrimoniais Qualitativas

R\$

DESCRIÇÃO	NE	2019	2018
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		292.753,50	838.402,00
Investimentos		292.753,50	838.402,00

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações de patrimônio do CRCSE nos exercícios de 2019 e 2018, bem como, sua evolução no período.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

R\$

Descrição	Patrimônio líquido	
	2019	2018
Saldo Inicial do Exercício	3.353.838,42	2.350.813,82
Ajustes de Exercício Anterior	0,00	-8.207,60
Resultado do Exercício	-53.198,45	1.011.232,20
Saldo Final do Exercício	3.300.639,97	3.353.838,42

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido do CRCSE nos exercícios de 2019 e 2018, bem como, sua evolução no período. Ressalta-se um déficit no exercício.

R\$ -53.198,45
Resultado Patrimonial



Balanço Orçamentário (BO)

R\$

Receita Orçamentária	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
RECEITAS CORRENTES		2.267.503,00	2.275.003,00	2.028.092,87	246.910,13
Contribuições		1.563.988,00	1.563.988,00	1.571.704,24	-7.716,24
Exploração de bens e serviços		190.403,00	190.403,00	85.913,71	104.489,29
Financeiras		193.308,00	193.308,00	151.279,40	42.028,60
Transferências		237.157,00	244.657,00	172.228,39	72.428,61
Outras receitas correntes		82.647,00	82.647,00	46.967,13	35.679,87
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	217.980,00	169.980,00	48.000,00
Transferências de capital		0,00	217.980,00	169.980,00	48.000,00
DÉFICIT	17	0	0	-183.868,56	0
TOTAL DAS RECEITAS		2.267.503,00	2.492.983,00	2.198.072,87	294.910,13
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - SUPERÁVIT FINANCEIRO			215.209,39		

Despesas orçamentárias

R\$

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
DESPESAS CORRENTES		2.260.553,00	105.431,89	2.365.984,89	2.089.187,93	2.089.187,93	2.034.065,72
Pessoal e encargos		1.000.176,52	26.212,20	1.026.388,72	1.022.680,42	1.022.680,42	1.003.771,41
Uso de bens e serviços		824.404,85	81.213,69	905.618,54	660.977,48	660.977,48	630.893,69
Financeiras		54.978,63	-3.042,00	51.936,63	40.233,06	40.233,06	40.233,06
Tributárias e contributivas		375.923,00	2.720,00	378.643,00	362.711,65	362.711,65	356.582,24
Outras despesas correntes		5.070,00	1.672,00	3.398,00	2.585,32	2.585,32	2.585,32
DESPESAS DE CAPITAL		6.950,00	335.257,50	342.207,50	292.753,50	292.753,50	292.753,50
Investimentos		6.950,00	335.257,50	342.207,50	292.753,50	292.753,50	292.753,50
SUBTOTAL		2.267.503,00	440.689,39	2.708.192,39	2.381.941,43	2.381.941,43	2.326.819,22
TOTAL DAS DESPESAS		2.267.503,00	440.689,39	2.708.192,39	2.381.941,43	2.381.941,43	2.326.819,22

As receitas de contribuições do CRCSE são constituídas de 80% da receita arrecadada e suas rec. de capital. O resultado orçamentário apresentou um déficit de R\$ 183.868,56. Esse déficit foi decorrente do repasse a menor da subvenção do Exame de Suficiência por parte do CFC, no valor de R\$ 89.829,61; pela baixa realização da receita com inscrições, no montante de R\$ 94.129,00, e pelas aberturas de créditos por superávit financeiro para cobrir despesas com a Educação Continuada.

R\$ -183.868,56
Déficit Orçamentário



Balanço Financeiro (BF)

R\$

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
NE	2019	2018	NE	2019	2018
RECEITA ORÇAMENTÁRIA			DESPESA ORÇAMENTÁRIA		
	2.198.072,87	2.887.504,65		2.381.941,43	2.752.401,03
Receitas Correntes	2.028.092,87	2.039.398,15	Despesas Correntes	2.089.187,93	1.913.999,03
Receitas de Capital	169.980,00	848.106,50	Despesas de Capital	292.753,50	838.402,00
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	16	6.961,51	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	16	8.103,16
Adiantamentos a Pessoal	1706,11	0,00	Adiantamentos a Pessoal	0,00	1706,11
Tributos e Contribuições a Recuperar	0,00	8.207,60	Créditos por Danos ao Patrimônio	0,00	25,76
Créditos por Danos ao Patrimônio	25,76	0,00	Obrigações de Curto Prazo	7.966,64	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	1.168,75	Honorários de Sucubência	136,52	981,69
Encargos Sociais a Pagar	520,02	1.064,36			
Obrigações de Curto Prazo	0,00	14.360,08			
Transferências Legais	2.123,92	2.432,36			
Provisões Trabalhistas	2.585,70	5.590,25			
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	707.619,93	550.614,07	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO	522.609,72	707.619,93
TOTAL	2.912.654,31	3.470.942,12	TOTAL	2.912.654,31	3.462.734,52

Restos a Pagar Processados (RPP)

R\$

Restos a Pagar Processados	NE		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
DESPESAS CORRENTES + CAPITAL	54.747,88	55.995,17	50.602,00	0	60.141,05
DESPESAS CORRENTES	54.747,88	55.995,17	50.602,00	0	60.141,05
DESPESAS CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados demonstra os valores de obrigações empenhadas e liquidadas inscritas em restos a pagar, as quais foram pagas ou canceladas. No encerramento de 2019 foram inscritos um montante de R\$ 55.122,21 em RPs. Ressalta-se que o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs não faz referência à contabilização dos restos a pagar não processados, mas essa metodologia está sendo analisada pela Comissão de Revisão do Manual para ser implementada.

R\$ 55.122,21



Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

R\$

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2019	EXERCÍCIO 2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	2.198.072,87	2.887.504,65
RECEITAS	2.198.072,87	2.887.504,65
Receita de Contribuições	1.571.704,24	1.501.556,94
Exploração de Bens e Serviços	105.443,16	100.930,84
Receitas Financeiras	151.279,40	155.845,20
Transferências (Subvenções)	342.208,39	1.051.113,58
Outras Receitas	27.437,68	78.058,09
DESEMBOLSOS	2.090.329,58	1.892.096,79
DESPESAS	2.090.329,58	1.892.096,79
Pessoal, Encargos e Benefícios	1.017.868,59	969.126,24
Uso de Bens e Serviços	668.918,36	570.951,68
Despesas Financeiras	-	-
Despesas Tributárias e Contributivas	360.587,73	350.091,74
Transferências (Subvenções + Auxílios)	-	-
Outros Despesas	42.954,90	1.927,13
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	107.743,29	995.407,86
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos Concedidos	-	-
DESEMBOLSOS	292.753,50	838.402,00
Aquisição de Ativo Não Circulante	292.753,50	838.402,00
Empréstimos Concedidos	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(292.753,50)	(838.402,00)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(185.010,21)	157.005,86
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	707.619,93	550.614,07
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	522.609,72	707.619,93

As demonstrações dos Fluxos de Caixa evidenciam as alterações no caixa e equivalentes de caixa do Conselho Regional nos exercícios de 2019 e 2018, apresentando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento registradas no período.

As informações da DFC são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade do CRCSE de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como, as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.

Caixa e Equivalente de Caixa em 31/12



2018 2019

Notas Explicativas (NE) às Demonstrações Contábeis

Contexto Operacional

O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE), localizado na Av. Mário Jorge Menezes Vieira, 3.140, Aracaju/SE, foi criado conforme Decreto-Lei nº 9.295 de 1946, publicado no Diário Oficial da União de 28/5/1946, alterado pela Lei nº 12.249/10, e tem como principais finalidades: registrar, fiscalizar o exercício do profissional contábil, além de promover a Educação Continuada. É uma entidade dotada de personalidade jurídica e funciona como Autarquia Federal Especial, que presta serviço público e tem sua estrutura, organização e funcionamento estabelecidos pela Resolução CFC nº 1.370/2011, que trata do Regulamento Geral dos Conselhos. O CRCSE tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CRC nº 528/2019.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração e foram elaboradas em conformidade com a Lei N.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); a Resolução CFC N.º 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs e a Instrução de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC – INT/VPCI N.º 023/2019 e N.º 024/2019.

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2019, são:

- Balanço Patrimonial (BP);

- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Financeiro (BF);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados (RPP);
- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- Notas Explicativas.

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e tem por função evidenciar os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos, especialmente quanto às informações de natureza patrimonial, orçamentária, financeira e de desempenho, bem como, apresentar informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o CRCSE fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a) Perdas Estimadas de Créditos – A provisão para perda de créditos foi instituída por meio da Instrução de Trabalho VPCI n.º 085/2012, a qual disponibiliza orientações para a adoção dos procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa e provisão da cota parte, com base na perda esperada, cujo



detalhamento está mencionado na Nota n.º 3.

b) Ativo Imobilizado – os bens classificados no imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso), o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

No exercício de 2019 não ocorreram reavaliações. No entanto, no exercício de 2012, os itens do patrimônio foram submetidos ao procedimento de avaliação, reconhecendo o valor depreciável e o valor residual dos ativos imobilizados, conforme laudo de avaliação da empresa contratada para tal fim, observadas as orientações contidas na Instrução de Trabalho do CFC INT/VPCI N.º 004/2012, e de acordo com a NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/08.

c) As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e poderão ser classifica-

das como passivo contingente, como passivo exigível ou, ainda, como item de divulgação em nota explicativa.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional das operações do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.

Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Balanço Patrimonial

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

Nota Explicativa 1

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes

de caixa, são administrados pelo Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Descrição CFC	2019	2018
Caixa e Equivalente de Caixa	522.609,72	707.619,93
Bancos Conta Movimento	8.758,70	28.616,25
Bancos Aplicação Financeira	512.439,40	678.016,68
Disponível p/ Aplic. Vinculada - Eventos	1.411,62	987,00

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram aplicados por intermédio de instituição financeira oficial (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), em títulos lastreados do Tesouro Nacional e em caderneta de poupança, na forma do § 3º do art. 164 da Constituição Federal. As receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

Nota Explicativa 2

Créditos a Receber de Curto Prazo e Longo Prazo

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de Maio de 1946:

"Art.11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:

a) 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;

b) 4/5 das multas aplicadas conforme alínea "b," do artigo anterior,

c) 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos.

d) doações e legados;

e) subvenções dos Governos."

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de não recebimento de créditos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Os créditos foram contabilizados pelo regime de competência, no curto e/ou longo prazo, como créditos a receber e o seu reflexo foi evidenciado nas variações aumentativas, sendo apresentando em 31/12/2019, um montante de:

Título	2019	2018
Ativo Circulante		
Créditos a Receber de Curto Prazo	543.587,93	632.943,16
Créditos do exercício	558.192,62	532.139,63
Créditos de exercícios anteriores	634.298,86	923.558,89
Parcelamento débitos	268.088,64	310.697,70
(-) Perda Estimada de Créditos	-916.992,19	-1.133.453,06

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Título	2019	2018
Ativo não Circulante		
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	52.473,46	32.672,61
Parcelamento débitos	249.738,23	174.747,24
Créditos de exercícios anteriores não executados	2.043.711,53	1.140.999,65
Dívida Ativa Executada	330.223,49	317.883,78
(-) Perda Estimada de Créditos	-2.571.199,79	-1.600.958,06

Fonte: Balanço Patrimonial 2019

Nota Explicativa 3

Ajuste para Perda Estimada de Créditos

A metodologia de cálculo para o ajuste das perdas estimadas de créditos tem por base uma média percentual dos recebimentos dos três últimos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, de acordo com o Pronunciamento VPCI/CFC nº 85/2012.

Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de curto prazo e longo prazo, obteve-se a provisão de perda estimada conforme segue:

Descrição	2019	2018
Ativo Circulante		
Saldo Créditos de Curto Prazo	1460.580,12	1766.396,22
Percentual de Inadimplência	69%	69%
Cálculo de ajuste de perdas	-916.992,19	-1133.453,06
Créditos líquidos a receber	543.587,93	632.943,16

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Título	2019	2018
Ativo não Circulante		
Saldo Créditos Realizáveis a Longo Prazo	2.623.673,25	1.633.630,67
Percentual de Inadimplência	98%	98%
Cálculo de ajuste de perdas	-2.571.199,79	-1.600.958,06
Créditos líquidos a receber	52.473,46	32.672,61

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Nota Explicativa 4

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Correspondem a valores a receber relativos a adiantamentos a pessoal e valores a receber de fornecedores.

Descrição	2019	2018
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	120,00	1.826,11
Créditos por Danos ao Patrimônio	0,00	25,76
Outros Créditos e Valores a Recuperar	1.500,00	0,00
Total	1.620,00	1.851,87

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros

- Valores relativos ao adiantamento de auxílio transporte ao estagiário a ser descontado na folha de pagamento do mês de janeiro/2020.

Outros Créditos e Valores a Recuperar

- Valor relativo às inscrições feitas por Nota de Empenho e estão para serem finalizadas;

Nota Explicativa 5

Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

Os valores apresentados compreendem os pagamentos de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término de 2020. Em 2019 o CRCSE firmou contrato com a Seguradora Porto Seguro, referente ao seguro da frota oficial do Conselho e do Edifício Sede. A rubrica Assinaturas representa assinaturas contratadas em 2019 que se estenderão até 2020..

Descrição	R\$	
	2019	2018
Seguros	705,26	766,40
Assinaturas	341,53	327,27
Total	1.046,79	1.093,67

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Nota Explicativa 6

Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Os bens que integram o imobilizado e intangível estão assim distribuídos:

Imobilizado

Bens móveis e imóveis

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecido contabilmente.

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecido contabilmente.

A comissão nomeada, por meio das Portarias CRCSE nº 30 e 44/2019 para o levantamento dos bens móveis, apresentou relatório conclusivo à administração apontando em relatório específico o resultado dos bens inventariados. Os saldos das contas do imobilizado, em 31 de dezembro de 2019, são:

Descrição	Saldo em 31/12/2018	Compras	Desincorporações	Saldo em 31/12/2019	Depreciação acumulada
Móveis e Utensílios	114.869,50	192.850,00	2.665,00	305.054,50	-92.780,45
Máquinas e Equipamentos	79.533,08	25.076,00	936,00	103.673,08	-28.882,63
Instalações	38.975,74	41.937,50	-	80.913,24	-6.256,81
Utensílios de Copa e Cozinha	1.581,00	-	-	1.581,00	-1.216,24
Veículos	79.800,00	-	-	79.800,00	-35.910,00
Equipamentos de Proces. Dados	66.277,84	-	2.822,50	63.455,34	-33.204,70
Biblioteca	562,70	-	-	562,70	-367,14
Museu e Obras de Arte	465,00	-	1,00	464,00	-278,40
Sede	1.636.817,32	32.890,00	-	1.669.707,32	-217.941,96
Terrenos	545.000,00	-	-	545.000,00	-
Total dos Bens	2.563.882,18	292.753,50	6.424,50	2.850.211,18	-416.838,33

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Dentre as aquisições mais relevantes no ano, destaca-se, a compra do mobiliário que está sendo utilizado nas dependências do novo auditório, e que foi recebido um auxílio financeiro por parte do CFC.

No mês de dezembro de 2019 o CRCSE realizou baixas de bens do imobilizado. As baixas ocorreram pois, os bens encontravam-se em situação inservíveis, conforme relatório apresentado pela comissão para o levantamento dos bens móveis, criada através das Portarias de nº 030 e 44/2019.

Depreciação

A depreciação e a amortização de bens novos adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes, com critérios definidos na INT VPCI n.º 004/2012 do CFC. A base de cálculo é o custo do ativo imobilizado e intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. Como regra geral, a depreciação e a amortização são iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Apresenta-se a tabela de referência para determinação de vida útil e do valor residual dos bens:

Tabela de referência para vida útil e valor residual

Título	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
Sede (Edifícios) / Subsedes/Salas/Garagens	25	10%
Móveis e Utensílios de Escritório / Máquinas e Equipamentos / Instalações e Veículos	10	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
Sistemas de Processamento de Dados – Softwares (amortização)	5	10%
Biblioteca	10	–

Fonte: INT VPCI 004/2012, item 2.3.7

Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção. A amortização dos ativos intangíveis é efetuado de acordo com a vida útil definida.

Abaixo, apresentam-se sinteticamente os saldos bens intangíveis:

Intangível	R\$			
Descrição	Saldo em 31/12/2018	Compras	Saldo em 31/12/2019	Amortização acumulada
Softwares	29.550,12	-	29.550,12	-19.424,23

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Nota Explicativa 7

Passivo Circulante

Neste grupo estão as obrigações trabalhistas e fiscais, encargos sociais de curto prazo, depósitos consignáveis e fornecedores. As obrigações fiscais decorrem de retenções efetuadas de contrações realizadas junto aos fornecedores pela aquisição de bens e/ ou serviços. São evidenciados ainda neste grupo, os valores retidos de fornecedores de serviços terceirizados, e depositados em contra vinculada específica.

Os depósitos consignáveis compreendem os valores retidos de funcionários (INSS, IRRF, Empréstimo Consignado, dentre outros), e que devem ser recolhidos ou pagos às respectivas entidades responsáveis. As obrigações com fornecedores, decorrentes de entrega de bens ou serviços, são classificadas como passivo não circulante quando o pagamento for devido no período de um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os valores decorrentes de empenhos liquidados e não pagos no exercício são evidenciados no Demonstrativo dos Restos a Pagar.

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias/ Fornecedoros

R\$

Descrição	2019	2018
Obrig. Trab. e Encargos Sociais a Pagar	18.909,01	18.388,99
Obrigações fiscais de curto prazo	1.276,50	1.535,30
Depósitos Consignáveis	9.808,26	9.135,06
Fornecedores	30.083,79	38.464,83
Total	41.168,55	49.135,19

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Demais Obrigações de Curto Prazo

Corresponde às obrigações contidas nos grupos de Transferências Legais (cota parte ao CFC) e demais obrigações (créditos não identificados em processo de identificação), as quais são demonstradas por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. O detalhamento encontra-se a seguir:

Demais Obrigações de Curto Prazo

R\$

Descrição	2019	2018
Transferências Legais	6.129,41	4.005,49
Outras Obrigações	5.654,84	5.378,35
Total	11.784,25	9.383,84

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Nota Explicativa 8

Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante estão evidenciadas as provisões, bem como as provisões de repasse da cota parte.

Provisões Trabalhistas

As provisões trabalhistas (13º, férias e encargos) são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento, mensal.

Provisões de Férias

R\$

Títulos	2019	2018
Provisões Trabalhistas	99.358,36	96.772,66
Provisão de Férias	73.374,85	70.948,87
Encargos Sociais	25.983,51	25.823,79

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Os saldos referentes às provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 20/12/2019.

Nota Explicativa 9

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis de Curto e Longo Prazo

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura as perdas ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido ainda, o correspondente desembolso ou perda.

As provisões para riscos cíveis foram constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes da Assessoria Jurídica do CRCSE. O Conselho possui processo avaliado como de risco de possível perda e remota que não são reconhecidos contabilmente, conforme estabelecido pela NBC TG25 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/2009.

Descrição	2019		2018	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Processos Cíveis				
Possível	02	20.724,00-	-	-
Remota	02	1.448,00	1	-
Total	4	22.172,00	1	-

Fonte: Dados da Assessoria jurídica

Nota Explicativa 10

Provisão da Cota Parte

A cota parte refere-se a 20% da receita bruta do Conselho Regional de Sergipe que deverá ser repassada ao Conselho Federal de Contabilidade, excetuando doações, subvenções, receitas patrimoniais, indenizações, restituições e outros, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/1946.

O cálculo considera como base, os créditos a receber após o ajuste das perdas (PDD).

Descrição	Cálculo Provisão da Cota
Créditos a Receber - CP	411.982,00
Créditos a Receber - LP	52.473,46
Total da Carteira	92.891,09

Nota Explicativa 11

Valores de Terceiros e/ou Restituíveis

Os saldos referentes a esses valores são compostos por Depósitos Judiciais decorrente de sentenças e Honorários de Sucumbência, no valor de R\$ 84,41 que será repassado a responsável na folha do mês de janeiro de 2020.

Nota Explicativa 12

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no BP é composto dos saldos de resultados positivos (ou negativos) apurados em exercícios anteriores, superávit patrimonial do exercício e ajustes de exercícios anteriores. O quadro abaixo evidencia o Patrimônio Líquido do CRC.

Títulos	2019	2018
Patrimônio Líquido	3.300.639,97	3.353.838,42
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	-8.207,60
Resultado do Exercício	-53.198,45	1.011.232,20
Resultados Acum. Exerc. Anteriores	3.353.838,42	2.350.813,82

Fonte: Balanço Patrimonial 2019

Nota Explicativa 13

Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei nº 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC e do CRC. No exercício foi apurado um superávit financeiro no valor de R\$ 353.971,93, decorrente da política de contenção de gastos aplicado pela gestão, apesar da diminuição da arrecadação.

Ressalta-se que esse superávit está vinculado as despesas com Educação Continuada

Resultado Financeiro	2019	2018
Ativo Financeiro	525.276,51	710.565,47
(-) Passivo Financeiro	171.304,58	173.901,61
Superávit	353.971,93	536.663,86

Metodologia de cálculo

Ativo Financeiro	2019	2018
Ativo circulante	1.068.864,44	1.343.508,63
(-) créditos de curto prazo	543.587,93	632.943,16
(-) estoques		-
(+) Valor do Ativo Financeiro	525.276,51	710.565,47
Passivo Financeiro	2019	2018
Passivo circulante	264.195,67	282.282,64
(-) Provisão Cota Parte	92.891,09	108.381,03
(-) Provisão p riscos trabalhistas e cíveis	-	-
(+) Valor do Passivo Financeiro	171.304,58	173.901,61
Superávit Financeiro	353.971,93	536.663,86

Fonte: Balanço Patrimonial 2019

Contas de Compensação

Nota Explicativa 14

Atos Potenciais Ativos e Passivos

O CRCSE mantém registrados em seu balanço, os contratos, convênios e acordos em atos potenciais, resguardando os direitos e deveres estabelecidos nesses documentos, bem como o registro prévio de futuros reflexos patrimoniais.

Nesse grupo estão evidenciados a apólice que trata da caução pela Empresa Terra Empreendimentos – responsável pela construção do auditório e reforma da sede- e contratos administrativos para a manutenção e assessoramento do Regional como é o caso da Multserv, SPW e outros.

	Valor
Reforma e Ampliação da Sede	51.503,15
Obrigações Conveniadas	4.131,05
Total	55.634,20

Fonte: Balanço Patrimonial 2019

Atos Potenciais Passivos		R\$
		Valor
Obrigações Conveniadas		42.071,35
Total		42.071,35

Fonte: Balanço Patrimonial 2019

Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

Nota Explicativa 15

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o superávit/déficit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial.

O Déficit Patrimonial decorreu da baixa por desvalorização e perda de ativos no valor de R\$ 2.128.375,42 (dois milhões cento e vinte e oito mil trezentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), ocorrência que também refletiu no Balanço Patrimonial.

Resultado Patrimonial	R\$	
	2019	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas	4.336.744,39	4.768.491,91
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	4.389.942,84	3.757.259,71
Superávit/Déficit	-53.198,45	1.011.232,20

Fonte: DVP e Balanço Patrimonial 2019

Balanço Financeiro

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte. Em 2019 o saldo financeiro foi de R\$ 522.609,72.

Nota Explicativa 16

Ingressos e Dispêndios extra orçamentários

Nos saldos dos ingressos e dispêndios extraorçamentários estão evidenciados, especialmente, a movimentação dos depósitos restituíveis e valores vinculados a processos judiciais, aos valores inscritos em restos a pagar e os pagos de exercícios anteriores, bem como o cancelamento de restos a pagar, decorrentes de erros, dentre outros.

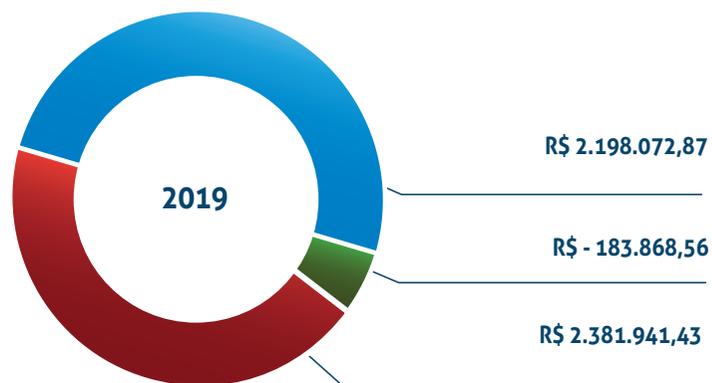
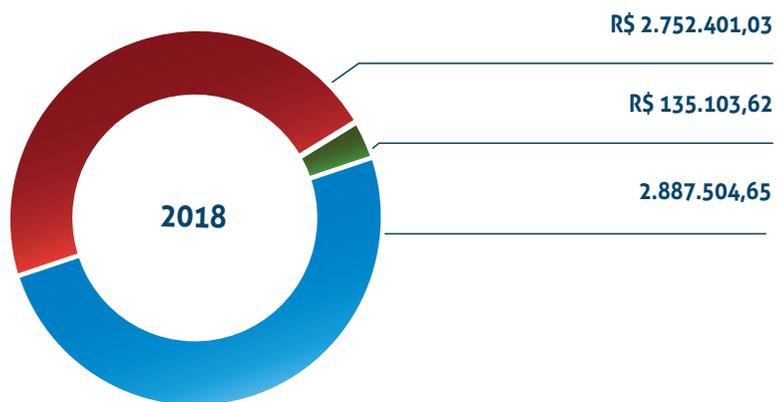
Balanço Orçamentário

O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Nota Explicativa 17

Resultado Orçamentário

O orçamento do CRCSE para o exercício de 2019 foi aprovado por meio da Resolução nº 517/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de novembro de 2018, no valor de R\$ 2.267.503,00 e alterações de acordo com os créditos adicionais aprovados.



- ◆ Superávit/Déficit
- ◆ Receitas Arrecadadas
- ◆ Despesas Empenhadas

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um déficit orçamentário de R\$ 183.868,56. Esse déficit foi decorrente do repasse a menor da subvenção do Exame de Suficiência por parte do CFC, no valor de R\$ 72.428,61; pela baixa realização da receita com inscrições em cursos com a Educação Continuada, no montante de R\$ 94.129,00, e pelas aberturas de créditos por superávit financeiro para cobrir despesas com a Educação Continuada.

Aracaju/SE, 31 de dezembro de 2019

Contador Vanderson da Silva Mélo

Contadora Simone Alves de Souza Santana

Expediente



Presidente

Contador Vanderson da Silva Mélo

Vice-presidente de Registro

Contador Alexsandro Mota Melo

Vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contador Cleaylton Ribeiro de Medeiros Gonçalves

Vice-presidente de Controle Interno

Contador Francisco José Alves Correia Lima

Vice-presidente de Assuntos Administrativos

Contador Ionas Santos Mariano

Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional

Contadora Gilvânia Andrade do Nascimento

Representante dos Técnicos em Contabilidade no Conselho Diretor

Téc. em Contabilidade Jenilton Gomes da Silva

Diretora Executiva

Maria Ederilda Pereira de Souza

